

Requerimento de Comissão

746/2022

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, I e II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito de Belo Horizonte, e ao Sr. João Antônio Fleury Teixeira, Secretário Municipal de Política Urbana, pedido de informação sobre a cessão de uso do imóvel localizado no lote 03 do quarteirão 167 do Bairro Bandeirantes, com área de 58.776m² (cinquenta e oito mil, setecentos e setenta e seis metros quadrados).

De acordo com informações do OF.SMGO/DALE 246/2022, pág. 72, o imóvel em questão foi cedido, em 2012, para o Cirque du Soleil, ficando acordado que, após a saída do Circo, seriam revitalizados os três campos de futebol que nele funcionavam. Entretanto, ainda de acordo com a resposta, somente um dos campos foi revitalizado.

Nesse sentido, requeiro que seja enviado o termo de cessão de uso do espaço e que seja informado quais foram as medidas adotadas pela Prefeitura para cumprimento da obrigação de revitalização dos campos de futebol ali existentes.

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 11 de maio de 2022.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:0451989864
1

Assinado de forma digital por
FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2022.05.12 16:57:11
-03'00'

Vereadora Fernanda Pereira Altoé

Ao Senhor

Vereador Wilsinho da Tabu

Presidente da Comissão de Administração Pública

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação	12/05/2022 17:13:17 BRT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	PI_cirque_du_soleil.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	3c1727ec80ea27ede7ed7457e187a47e3f686d33ba 7f7f806fc17f462df304c3

▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:***198986**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Atributos obrigatórios/opcionais	Aprovados
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

► Atributos

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

13 / 5 / 22

Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **747/2022**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, I e II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito de Belo Horizonte, e ao Sr. João Antônio Fleury Teixeira, Secretário Municipal de Política Urbana, pedido de informação sobre o Decreto nº 17.958, de 9 de maio de 2022, que concede permissão de uso de bem imóvel público municipal ao Minas Tênis Clube.

Requeiro a íntegra do processo administrativo do ato de permissão contendo todos os atos, análises e justificativas.

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 11 de maio de 2022.

Assinado de forma digital
por FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2022.05.12
16:56:18 -03'00'

Vereadora Fernanda Pereira Altoé

Ao Senhor

Vereador Wilsinho da Tabu

Presidente da Comissão de Administração Pública

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação	12/05/2022 17:15:22 BRT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	PI_Minas _Tenis.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	037f7467a3d0d6f48cf2eeb03184ee5dbd6cd7e3f8 1adacce5ebf1b12415d7f4

▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:***198986**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Atributos obrigatórios/opcionais	Aprovados
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

► Atributos

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

13 1 5 122

4654
Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
748/2022

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, I e II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da mesa, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito de Belo Horizonte, e ao Sr. André Reis, Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, pedido de informação sobre a inexigibilidade de licitação nº 01/2022.

De acordo com publicação no DOM¹, em 13/05/2022 foi contratada por inexigibilidade a empresa FACILITAHCM Tecnologia e Gestão Ltda, CNPJ 46.019.498/0001-35, com o objetivo de *“prestação de serviços de manutenção adaptativa, corretiva, preventiva e evolutiva, bem como suporte técnico operacional aos usuários do aplicativo integrado de gestão de recursos humanos, denominado ArteRH, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte”*.

Requeiro a íntegra do processo administrativo de contratação, contendo todos os atos, pareceres e justificativas, bem como o esclarecimento de porque o contrato não se encontra disponível para consulta no portal de transparência.

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 13 de maio de 2022.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por FERNANDA PEREIRA ALTOE:04519898641
Dados: 2022.05.13 09:26:54 -03'00'

Vereadora Fernanda Pereira Altoé

Ao Senhor

Vereador Wilsinho da Tabu

Presidente da Comissão de Administração Pública

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 13.05.22
HORA: 9:28:29

¹ https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/edicao/6571#state=8065f0c1-3462-4fb8-8fe3-35f360b0df2d&session_state=7b5d1c34-bb49-4c7a-90e6-4d1efcd90cf1&code=41b2e855-3b87-471f-b359-c4d28286e526.7b5d1c34-bb49-4c7a-90e6-4d1efcd90cf1.b119622a-06b6-465b-b551-d7dce86b197f

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação	13/05/2022 09:29:40 BRT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	PI - Inex-Facilitahcm.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	6ec8efdeb3ac46a3d1628e63ba2b70a514e81d0310 9bbd7c9fb1db514b3c0dfc

▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:***198986**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

13 1 5 1 22

4059
Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

787/2022

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Administração Pública, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, a realização de audiência pública com a finalidade de discutir sobre o piso salarial dos Agentes de Combate a Endemias e dos Agentes Comunitários de Saúde de Belo Horizonte, no dia 01 de junho de 2022, às 13h30min, no Plenário Camil Caram.

Sugiro que sejam convidados:

- André Reis - Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Fernanda Neves – Subsecretária Municipal de Gestão de Pessoas - SUGESP;
- Cláudia Navarro Carvalho Duarte Lemos - Secretária Municipal de Saúde;
- Israel Arimar de Moura - Coordenador Administrativo do Sindibel - (31) 988112731, e-mail: coordadministrativa@sindibel.com.br,
- Lucimar Rodrigues - Coordenadora do SINDIBEL e Representante do Núcleo dos ACS/ACE – (31) 998878901, e-mail: coordadministrativa@sindibel.com.br.

Belo Horizonte, 10 de maio de 2022.

LEONARDO SILVEIRA
DE CASTRO
PIRES:77940148672

Assinado de forma digital por LEONARDO
SILVEIRA DE CASTRO PIRE:77940148672
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI
Multipla v5, ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=LEONARDO SILVEIRA DE CASTRO
PIRES:77940148672
Dados: 2022.05.13 16:57:21 -03'00'

Vereador Léo

Vereador Wilsinho da Tabu
Presidente da Comissão de Administração Pública
Câmara Municipal de Belo Horizonte

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 13/05/2022
HORA. 16:58:44

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação	13/05/2022 17:00:01 BRT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	req ap acs.pdf
	100e45d78d1b0cf42b45688f044bef
Resumo SHA256 do arquivo	3a03a449c6fd83bbb052a1f09f104e64d2

▼ Assinatura por CN=LEONARDO SILVEIRA DE CASTRO
PIRES:***401486**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial,
OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil,
C=BR

▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Atributos obrigatórios/opcionais	Aprovados
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
17/05/22
hmf/600
Responsável pela distribuição

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 94/2021

PARECER EM 2º TURNO

RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 94/2021, que “Dispõe sobre o direito dos usuários do SUS residentes no Município ao acesso à informação acerca de sua saúde.”, de autoria do Vereador Cláudio do Mundo Novo, após aprovado em 1º turno e tendo recebido três emendas e uma subemenda, é submetido à consideração desta Comissão de Administração Pública em 2º turno.

A Comissão de Legislação e Justiça apreciou a matéria concluindo em parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas 1, 2 e 3, com apresentação de subemenda à Emenda 3.

Instada a se manifestar, a Comissão de Saúde e Saneamento concluiu em parecer pela aprovação das emendas 1 e 2 e subemenda 1 à Emenda 3; pela rejeição da Emenda 3.

A Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor perdeu prazo para se manifestar e, tendo sido designado relator pela Comissão de Administração Pública, passo a emitir parecer sobre o projeto nos termos do art. 52, II, “e”, “g” e “I” do Regimento Interno desta Casa.

FUNDAMENTAÇÃO:

1
PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 17/05/2022
HORA. 15:25:43



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O presente Projeto de Lei de lei promove ajustes importantes e necessários à legislação no que tange ao acesso à informação, pelo usuário do SUS, acerca de dados sobre a sua saúde.

Foram apresentadas três emendas e uma subemenda ao Projeto de Lei, sobre as quais passo a me manifestar.

Início a análise pelo **substitutivo-emenda nº 3**, por ser, a meu ver, o mais completo documento proposto a título de emenda, no presente caso.

Percebo que, em tal substitutivo, permanecem as modificações necessárias trazidas pelas emendas anteriormente propostas, tais como as que dizem respeito à regulamentação das listas de espera para consultas e exames, dentre outras.

Porém, o fato que vejo como mais importante no referido documento, é a garantia de um cadastro único digital, onde o usuário poderá acessar remotamente todas as informações sobre sua saúde, de maneira remota e individual, com login e senha próprios.

Tal previsão, como bem colocam os autores da proposta em sua justificativa, dão ao cidadão, muito mais que uma expectativa de direito, que pode ou não ser implementada pelo Poder Executivo, em sede de posterior regulamentação da lei.

Pela previsão como consta no substitutivo-emenda nº 3, o cadastro e acesso virtual serão efetivamente implementados, o que traz ao usuário dos serviços de saúde a garantia de proteção da sua dignidade, vez que, de onde estiver, poderá acessar suas informações de saúde, de maneira remota, com login e senha únicos que lhes serão fornecidos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O acesso irrestrito às próprias informações, de forma individual e ao alcance de um clique, sem dúvida, será um grande avanço para a saúde de nossa cidade, tendo em vista que trará ao usuário previsibilidade quanto ao prazo de espera para o atendimento de que necessita.

Ao mesmo tempo, sendo uma fila de espera única e tendo fácil acesso aos dados de onde estiverem, os gestores de saúde terão dados mais concretos e organizados para planejarem estratégias de melhoria no atendimento, na agilidade de procedimentos, dentre outros.

Por apresentar questões que contribuem para a melhoria da proposta originalmente trazida, concluo pela **aprovação do substitutivo-emenda nº 3**.

Em aplicação da regra de prejudicialidade prevista no art. 85, II, do Regimento Interno, fica dispensada a análise das emendas nº 1 e 2, em razão da prejudicialidade existente mediante a aprovação do substitutivo emenda nº 3.

CONCLUSÃO:

Por todo o exposto, **concluo este parecer pela APROVAÇÃO do substitutivo-emenda nº 3**.

Belo Horizonte, 12 de maio de 2022.

HELIO MEDEIROS
CORREA:91572789620

Assinado de forma digital por HELIO MEDEIROS
CORREA:91572789620
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5,
ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado
PF A3, cn=HELIO MEDEIROS CORREA:91572789620
Dados: 2022.05.17 15:23:54 -03'00'

HÉLIO MEDEIROS CORREA
VEREADOR HELINHO
VEREADOR LÍDER DO PSD

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ **RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com a MP 2.200-2/2001**

Data de verificação	17/05/2022 15:27:31 BRT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	Parecer PL 94-2021.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	a60a63192bdadc819e1dc5a2849aab4be4ca8e4cf2 b7883e07abb400a76ec823

▼ Assinatura por CN=HELIO MEDEIROS CORREA:***727896**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ **Informações da assinatura**

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Atributos obrigatórios/opcionais	Aprovados
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 259/2022 – 1º Turno

Comissão de Administração Pública

Proponho que o Projeto de Lei nº 259/2022, de autoria do Poder Executivo, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, Excelentíssima Secretária Municipal de Saúde, Sra. Cláudia Navarro Carvalho Duarte Lemos, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

1. O Poder Executivo dispõe de políticas públicas, atividades sociais ou programas de inclusão que tratam sobre a matéria discutida no mencionado Projeto de Lei nº 259/2022?
2. O Município dispõe de mecanismos que fomentam a capacitação e habilitação adequada de profissionais especializados no atendimento aos pacientes com deficiência auditiva?
3. Há na rede pública municipal de saúde profissional tradutor e intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), para atendimento aos usuários com deficiência auditiva? Fineza citar o quantitativo de profissionais. Caso não haja, de que forma o Poder Executivo tem garantido o atendimento dos pacientes com deficiência auditiva?
4. Existem alternativas possíveis para que os pacientes com deficiência auditiva não precisem recorrer exclusivamente à contratação de tradutor e intérprete de Libras?
5. Há dotação orçamentária capaz de suportar a contratação de profissionais intérpretes de LIBRAS, para o atendimento a pessoas com deficiência auditiva no âmbito da saúde em Belo Horizonte? Se sim, gentileza mencionar a referida dotação, o valor a ela destinado, e quanto foi efetivamente empenhado no último ano para execução da mencionada ação.

Belo Horizonte, 11 de maio de 2022.


VEREADOR WILSINHO DA TABU

RELATOR – COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 263/2022 - PARECER EM 1º TURNO

RELATÓRIO:

Trata-se de projeto que institui o Selo "*Pet Friendly*" na cidade de Belo Horizonte, como forma de certificação oficial aos estabelecimentos públicos ou privados que promovam o bem-estar animal, sendo de autoria dos Vereadores Wanderley Porto; Gabriel; Henrique Braga; Jorge Santos; Juninho Los Hermanos; Marcos Crispim; e Reinaldo Gomes Preto Sacolão.

O projeto foi instruído com toda a legislação correlata, conforme consta de fls. 3/8.

A Comissão de Legislação e Justiça inicialmente apreciou a matéria concluindo em parecer pela sua Constitucionalidade, Legalidade e Regimentalidade.

Tendo sido designado relator, passo a emitir parecer sobre o projeto na forma do art. 52, II, "e" do Regimento Interno desta Casa, analisando-o quanto ao mérito.

FUNDAMENTAÇÃO:

Conforme relatado, o projeto institui o chamado "*selo pet friendly*" em Belo Horizonte, tendo como objetivo (art. 1º) certificar oficialmente estabelecimentos comerciais que autorizem a entrada, circulação e permanência de animais de estimação acompanhados de seus tutores.

Trata-se de uma ideia interessante, que propicia o convívio dos animais com seus tutores e toda a comunidade em geral.

Atualmente, não há previsão legal a respeito da certificação por parte do Município de Belo Horizonte, em relação ao referido selo, razão pela entendo como pertinente a aprovação do projeto, analisando sob a ótica da Comissão de Administração Pública.

CNH_DIREL-16/mar/22-15:43:41-005732-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Contudo, percebo que há problemas quanto a redação do projeto, especialmente no tocante ao artigo 3º da proposição, que atualmente possui o seguinte texto:

Art. 3º O selo PET FRIENDLY, consistirá no desenho de um círculo, onde poderão ser lidas as informações PETS SÃO BEM-VINDOS na parte superior do círculo; e local PET FRIENDLY na parte inferior do círculo. O centro da imagem contará com o desenho de uma pata centralizada.

Entendo que, com o devido reconhecimento aos proponentes, a redação do citado artigo precisa ser aprimorada, a fim de se adequar melhor às técnicas de legística atualmente vigentes.

Entendo também que, ainda referente ao artigo 3º, é necessário dar maior maleabilidade ao texto, tendo em vista que, caso no futuro, venha a surgir a necessidade de mudança do leiaute do selo, não seja necessária a deflagração de um novo processo legislativo para tratar a respeito da matéria.

Pelo exposto, entendo como pertinente a aprovação do projeto, mas, com a apresentação de emenda.

CONCLUSÃO:

Por todo o exposto, concluo este parecer pela **aprovação** do Projeto de Lei 263/2022, com apresentação de emenda.

Belo Horizonte, 16 de maio de 2022.


VEREADOR WILSINHO DA TABU

RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

EMENDA Nº _____ / 2022 AO PROJETO DE LEI Nº 263/2022

Dê-se a seguinte redação ao artigo 3º do Projeto de Lei nº 263/2022:

“Art. 3º - O selo PET FRIENDLY, de que trata essa lei, consistirá no desenho de um círculo, onde poderão ser lidas as informações “PETS SÃO BEM-VINDOS” na parte superior do círculo, e “LOCAL PET FRIENDLY” na parte inferior do círculo, constando em seu centro o desenho de uma pata.

Parágrafo único: Fica o Poder Executivo autorizado a realizar as adaptações que entender necessárias no leiaute do selo, a fim de lhe oferecer melhor aplicabilidade, aceitação pública e publicidade, respeitando sempre o objetivo desta lei.”

Belo Horizonte, 16 de maio de 2022.



VEREADOR WILSINHO DA TABU

RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 278/2022 - PARECER EM 1º TURNO

RELATÓRIO:

Pela mensagem nº 09 de 10 de março de 2022 o Poder Executivo encaminhou a esta Casa o projeto de lei nº 278/2022, que “Dispõe sobre o plano de carreira dos servidores e empregados ocupantes dos cargos e empregos públicos efetivos de Agente de Serviços de Saúde e Técnico de Serviços de Saúde integrantes da área de atividades de Saúde da administração direta e do Hospital Metropolitano de Belo Horizonte — HOB —, concede reajustes remuneratórios e dá outras providências”.

O projeto foi instruído com toda a legislação correlata, conforme consta de fls. 33/73.

A Comissão de Legislação e Justiça inicialmente apreciou a matéria concluindo em parecer pela sua Constitucionalidade, Legalidade e Regimentalidade.

Tendo sido designado relator, opinei, em primeiro momento, pelo envio de diligência ao SINDIBEL – Sindicato dos Servidores Públicos de Belo Horizonte, para que emitisse suas considerações.

A referida diligência foi aprovada por essa Comissão e enviada ao Sindicato por meio do Of. Dirleg nº 1.322/22.

Com o retorno da diligência, passo a emitir parecer sobre o projeto na forma do art. 52, II, “e” do Regimento Interno desta Casa, analisando-o quanto ao mérito.

FUNDAMENTAÇÃO:

O projeto institui novo plano de carreira aos cargos de Agente de Serviços de Saúde e de Técnico de Serviços de Saúde, extensivo aos ocupantes dos cargos e empregos públicos de Agente de Serviços de Saúde e Técnico de Serviços de Saúde integrantes do plano de carreira do Hospital Metropolitano Odilon Behrens --

CHEF. DIRLEG-17/mar1/22-15:06:45-005757-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

HOB instituído pela Lei nº 9.154, de 12 de janeiro de 2006. Também concede reajuste remuneratório aos referidos cargos, de 5% (cinco por cento), a partir de 1º de julho de 2022, e de 6,45% (seis inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento), a partir de 1º de dezembro de 2022. Importante esclarecer que a atual proposta de reajuste de 11,77% (onze inteiros e setenta e sete centésimos por cento) foi calculada utilizando-se como parâmetro indicador de que houve perda inflacionária acumulada no período, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC —, de 1º de dezembro de 2020 até 31 de dezembro de 2021.

Pois bem.

Foi enviado por esta Comissão pedido de diligência ao SINDIBEL – Sindicato dos Servidores Públicos de Belo Horizonte, para que se manifestasse se o projeto sob análise é benéfico aos servidores das categorias mencionadas, e se as extinções e criações de cargos pretendidos pelo Poder Executivo podem prejudicar a execução do serviço público na área da saúde na capital.

Em resposta, o mencionado Sindicato informou que:

Referente as alterações nas carreiras representadas pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte — Sindibel, foram negociados com o poder executivo e deliberado em assembleias com os servidores que, por unanimidade, aprovaram em suas respectivas assembleias. Todos as alterações contidas nestes Projetos de Leis são benefícios aos trabalhadores e empregados públicos, e também, positivas para a execução dos trabalhos e melhor atendimento à população.

Além disso, destaco que recebi o Ofício nº 390/2022, datado de 02 de maio de 2022, do SINMED/ MG – Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, informando a respeito do PL nº 278/2022, que “a aprovação célere do projeto em questão é medida extremamente necessária, tanto como oportunidade de valorização do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

servidor afetado, bem como forma de melhoria do serviço público de saúde prestado". O mencionado ofício se encontra anexo ao presente parecer, para fins de conhecimento dos nobres pares.

Nesse sentido, ante as manifestações do SINDIBEL e do SINMED/MG, vejo como pertinente a aprovação do projeto, eis que instados a se manifestarem por meio de seus órgãos de classe, os servidores ratificaram o projeto, bem como pugnaram por sua aprovação de forma célere.

Especialmente, vejo como pertinente a aprovação do reajuste de vencimentos promovido pelo Poder Executivo, eis que se trata de um direito do servidor público, direito este constitucionalmente previsto.

Com efeito, não se trata de aumento efetivo, mas, sim, de mera recomposição remuneratória em face das perdas inflacionárias, em cumprimento do disposto no art. 37, X, da Constituição da República, que determina que: "*a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices*".

A revisão anual dos vencimentos dos servidores constitui uma luta histórica dos servidores públicos e já está prevista no ordenamento jurídico vigente.

Entretanto, há dois dispositivos do projeto que considero que possuem redação inadequada, podendo gerar erros interpretativos no futuro, caso sejam sancionados da maneira em que se encontram.

Tratam-se dos artigos 2º e 30 do projeto, que extinguem cargos e colocam outros em vacância. As atuais redações dos referidos artigos versam o seguinte:

Art. 2º — Ficam extintos 1.922 (um mil e novecentos e vinte e dois) cargos efetivos de Agente de Serviços de Saúde, e colocados em vacância 1.928 (um mil novecentos e vinte e oito) cargos efetivos da administração direta, passando o quantitativo de vagas a vigorar conforme o Anexo I.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

[...]

Art. 30 — Ficam extintos 334 (trezentos e trinta e quatro) cargos efetivos de Agente Sanitário, sendo colocado em vacância o quantitativo de cento e oitenta e seis cargos efetivos, conforme Anexo IV.

Entendo que o projeto da forma que se encontra pode levar à interpretação no sentido de vacância de cargos que podem estar ocupados. Percebam que o quantitativo posto em vacância, é o mesmo quantitativo de cargos ocupados, conforme demonstrado nos anexos I e IV referenciados pelos próprios dispositivos.

Ora, a aprovação do projeto da forma que está, pode levar a uma insegurança jurídica para 2.114 (dois mil cento e catorze servidores), contabilizando-se os dois dispositivos mencionados.

Assim, entendo como pertinente que essa Comissão aprove o projeto, mas que seja também aprovada a emenda modificativa que apresento, para fins de evitar ocasionar prejuízos aos servidores que ocupam as carreiras tratados no Projeto de Lei nº 278/2022.

CONCLUSÃO:

Por todo o exposto, concluo este parecer pela **aprovação** do Projeto de Lei 278/2022, com apresentação de emenda.

Belo Horizonte, 16 de maio de 2022.


VEREADOR WILSINHO DA TABU

RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

EMENDA Nº _____ / 2022 AO PROJETO DE LEI Nº 278/2022

Dê-se a seguinte redação aos artigos 2º e 30 do Projeto de Lei nº 278/2022:

“Art. 2º - Ficam extintos 1.922 (um mil e novecentos e vinte e dois) cargos efetivos de Agente de Serviços de Saúde, sendo extinto com a vacância o quantitativo de 1.928 (um mil novecentos e vinte e oito) cargos efetivos da administração direta, passando o quadro de vagas a vigorar conforme o Anexo I.

‘Art. 30 - Ficam extintos 334 (trezentos e trinta e quatro) cargos efetivos de Agente Sanitário, sendo extinto com a vacância o quantitativo de 186 (cento e oitenta e seis) cargos efetivos, conforme Anexo IV.”

Belo Horizonte, 16 de maio de 2022.


VEREADOR WILSINHO DA TABU

RELATOR

Fwd: Ofício Nº. 247-2022 - Presidente e Comissão de administração em resposta a diligência dos PLs 278, 280 e 294-22 reajuste

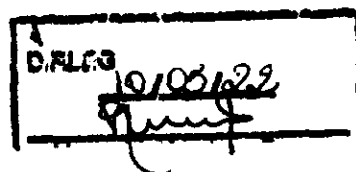
De : Vereadora Nely <ver.nely@cmbh.mg.gov.br>

Sex, 06 de mai de 2022 13:33

Assunto : Fwd: Ofício Nº. 247-2022 - Presidente e Comissão de administração em resposta a diligência dos PLs 278, 280 e 294-22 reajuste

1 anexo

Para : Presidência <presidencia@cmbh.mg.gov.br>



De: coordadministrativa@sindibel.com.br

Para: "ver wilsinhodatabu" <ver.wilsinhodatabu@cmbh.mg.gov.br>, "ver nely" <ver.nely@cmbh.mg.gov.br>

Enviadas: Sexta-feira, 6 de maio de 2022 12:16:35

Assunto: Ofício Nº. 247-2022 - Presidente e Comissão de administração em resposta a diligência dos PLs 278, 280 e 294-22 reajuste

2022-05-06 13:33:03-005661-1/2

Ilma. Senhora.

Nely Aquino

Presidenta da Câmara de Vereadores do Município de Belo Horizonte.

CC

Ilmo. Senhor.

Wilsinho da Tabu

Presidente/Relator da Comissão de administração Pública

Vereadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Prezado Senhor,

Em resposta aos Of. Dirleg Nº: 1322, 1483, 1556/22 referente as alterações nas carreiras representadas pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte – Sindibel, foram negociados com o poder executivo e deliberado em assembleias com os servidores que, por unanimidade, aprovaram em suas respectivas assembleias.

Todas as alterações contidas nestes Projetos de Leis são benefícios aos trabalhadores e empregados públicos, e também, positivas para a execução dos trabalhos e melhor atendimento à população.

Em reunião do sindicato com a presidente da CMBH e representantes das bancadas do legislativo, o Sindibel comunicou que considerando que todas as propostas tiveram aprovação majoritária pelos servidores, por parte do sindicato não haverá pedido de nenhuma emenda e ao contrário, a solicitação é de apoio dos vereadores para rápida aprovação considerando que alguns pontos contidos nos Projetos de Leis podem ser implementados após a promulgação.

Atenciosamente;

DIRETORIA COLEGIADA DO SINDIBEL



SINDIBEL

SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS
PÚBLICOS DE BELO HORIZONTE

OFÍCIO Nº. 247/22

Belo Horizonte, 05 de maio de 2022.

Ilma. Senhora.

Nely Aquino

Presidenta da Câmara de Vereadores do Município de Belo Horizonte.

CC

Ilmo. Senhor.

Wilsinho da Tabu

Presidente/Relator da Comissão de administração Pública

Vereadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Prezado Senhor,

Em resposta aos Of. Dirleg Nº: 1322, 1483, 1556/22 referente as alterações nas carreiras representadas pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte – Sindibel, foram negociados com o poder executivo e deliberado em assembleias com os servidores que, por unanimidade, aprovaram em suas respectivas assembleias.

Todos as alterações contidas nestes Projetos de Leis são benefícios aos trabalhadores e empregados públicos, e também, positivas para a execução dos trabalhos e melhor atendimento à população.

Em reunião do sindicato com a presidente da CMBH e representantes das bancadas do legislativo, o Sindibel comunicou que considerando que todos as propostas tiveram aprovação majoritária pelos servidores, por parte do sindicato não haverá pedido de nenhuma emenda e ao contrário, a solicitação é de apoio dos vereadores para rápida aprovação considerando que alguns pontos contidos nos Projetos de Leis podiam ser implementados após a promulgação.

Atenciosamente;

DIRETORIA COLEGIADA DO SINDIBEL


EDMAR MOURA DE MOURA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO DO SINDIBEL

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 10 / 5 / 22


Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 280/2022 - PARECER EM 1º TURNO

RELATÓRIO:

Pela mensagem nº 11 de 15 de março de 2022 o Poder Executivo encaminhou a esta Casa o projeto de lei nº 280/2022, que “Dispõe sobre o plano de carreira dos ocupantes dos cargos efetivos da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, concede reajustes remuneratórios e dá outras providências”.

O projeto foi instruído com toda a legislação correlata, conforme consta de fls. 16/32.

A Comissão de Legislação e Justiça inicialmente apreciou a matéria concluindo em parecer pela sua Constitucionalidade, Legalidade e Regimentalidade.

Tendo sido designado relator, opinei, em primeiro momento, pelo envio de diligência ao SINDIBEL – Sindicato dos Servidores Públicos de Belo Horizonte, para que emitisse suas considerações.

A referida diligência foi aprovada por essa Comissão e enviada ao Sindicato por meio do Of. Dirleg nº 1.483/22.

Com o retorno da diligência, passo a emitir parecer sobre o projeto na forma do art. 52, II, “e” do Regimento Interno desta Casa, analisando-o quanto ao mérito.

FUNDAMENTAÇÃO:

O projeto institui o plano de carreira dos ocupantes dos cargos efetivos da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica. Também concede reajuste remuneratório aos referidos cargos, de 5% (cinco por cento), a partir de 1º de julho de 2022, e de 6,45% (seis inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento), a partir de 1º de dezembro de 2022. Importante esclarecer que a atual proposta de reajuste de 11,77% (onze inteiros e setenta e sete centésimos por cento) foi calculada

CMH_01610-16/Mai/22-15:43:54-00730-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

utilizando-se como parâmetro indicador de que houve perda inflacionária acumulada no período, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC —, de 1º de dezembro de 2020 até 31 de dezembro de 2021.

Pois bem.

Foi enviado por esta Comissão pedido de diligência ao SINDIBEL – Sindicato dos Servidores Públicos de Belo Horizonte, para que se manifestasse se o projeto sob análise é benéfico aos servidores das categorias mencionadas, e se as extinções e criações de cargos pretendidos pelo Poder Executivo podem prejudicar a execução do serviço público na área da saúde na capital.

Em resposta, o mencionado Sindicato informou que:

Referente as alterações nas carreiras representadas pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte — Sindibel, foram negociados com o poder executivo e deliberado em assembleias com os servidores que, por unanimidade, aprovaram em suas respectivas assembleias. Todos as alterações contidas nestes Projetos de Leis são benefícios aos trabalhadores e empregados públicos, e também, positivas para a execução dos trabalhos e melhor atendimento à população.

Nesse sentido, ante a resposta do sindicato, vejo como pertinente a aprovação do projeto, eis que instados a se manifestarem por meio de seu órgão de classe, os servidores ratificaram o projeto, bem como pugnaram por sua aprovação.

Especialmente, vejo como pertinente a aprovação do reajuste de vencimentos promovido pelo Poder Executivo, eis que se trata de um direito do servidor público, direito este constitucionalmente previsto.

Com efeito, não se trata de aumento efetivo, mas, sim, de mera recomposição remuneratória em face das perdas inflacionárias, em cumprimento do disposto



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

no art. 37, X, da Constituição da República, que determina que: “a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices”.

A revisão anual dos vencimentos dos servidores constitui uma luta histórica dos servidores públicos e já está prevista no ordenamento jurídico vigente.

Assim, entendo como pertinente que essa Comissão aprove o projeto sob análise.

CONCLUSÃO:

Por todo o exposto, concluo este parecer pela **aprovação** do Projeto de Lei 280/2022.

Belo Horizonte, 16 de maio de 2022.

VEREADOR WILSINHO DA TABU

RELATOR

Fwd: Ofício Nº. 247-2022 - Presidente e Comissão de administração em resposta a diligência dos PLs 278, 280 e 294-22 reajuste

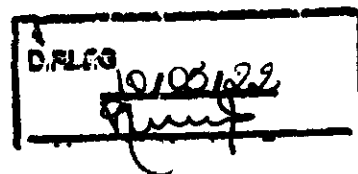
De : Vereadora Nely <ver.nely@cmbh.mg.gov.br>

Sex, 06 de mai de 2022 13:33

Assunto : Fwd: Ofício Nº. 247-2022 - Presidente e Comissão de administração em resposta a diligência dos PLs 278, 280 e 294-22 reajuste

1 anexo

Para : Presidência <presidencia@cmbh.mg.gov.br>



De: coordadministrativa@sindibel.com.br

Para: "ver wilsinhodatabu" <ver.wilsinhodatabu@cmbh.mg.gov.br>, "ver nely" <ver.nely@cmbh.mg.gov.br>

Enviadas: Sexta-feira, 6 de maio de 2022 12:16:35

Assunto: Ofício Nº. 247-2022 - Presidente e Comissão de administração em resposta a diligência dos PLs 278, 280 e 294-22 reajuste

2022-05-06 13:33:03 - 2022-05-03-005665-1/2

A large, stylized handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.

Ilma. Senhora.

Nely Aquino

Presidenta da Câmara de Vereadores do Município de Belo Horizonte.

CC

Ilmo. Senhor.

Wilsinho da Tabu

Presidente/Relator da Comissão de administração Pública

Vereadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Prezado Senhor,

Em resposta aos Of. Dirleg Nº: 1322, 1483, 1556/22 referente as alterações nas carreiras representadas pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte – Sindibel, foram negociados com o poder executivo e deliberado em assembleias com os servidores que, por unanimidade, aprovaram em suas respectivas assembleias.

Todos as alterações contidas nestes Projetos de Leis são benefícios aos trabalhadores e empregados públicos, e também, positivas para a execução dos trabalhos e melhor atendimento à população.

Em reunião do sindicato com a presidente da CMBH e representantes das bancadas do legislativo, o Sindibel comunicou que considerando que todos as propostas tiveram aprovação majoritária pelos servidores, por parte do sindicato não haverá pedido de nenhuma emenda e ao contrário, a solicitação é de apoio dos vereadores para rápida aprovação considerando que alguns pontos contidos nos Projetos de Leis podiam ser implementados após a promulgação.

Atenciosamente;

DIRETORIA COLEGIADA DO SINDIBEL



SINDIBEL

SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS
PÚBLICOS DE BELO HORIZONTE

OFÍCIO Nº. 247/22

Belo Horizonte, 05 de maio de 2022.

Ilma. Senhora.

Nely Aquino

Presidenta da Câmara de Vereadores do Município de Belo Horizonte.

CC

Ilmo. Senhor.

Wilsinho da Tabu

Presidente/Relator da Comissão de administração Pública

Vereadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Prezado Senhor,

Em resposta aos Of. Dirleg Nº: 1322, 1483, 1556/22 referente as alterações nas carreiras representadas pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte – Sindibel, foram negociados com o poder executivo e deliberado em assembleias com os servidores que, por unanimidade, aprovaram em suas respectivas assembleias.

Todos as alterações contidas nestes Projetos de Leis são benefícios aos trabalhadores e empregados públicos, e também, positivas para a execução dos trabalhos e melhor atendimento à população.

Em reunião do sindicato com a presidente da CMBH e representantes das bancadas do legislativo, o Sindibel comunicou que considerando que todos as propostas tiveram aprovação majoritária pelos servidores, por parte do sindicato não haverá pedido de nenhuma emenda e ao contrário, a solicitação é de apoio dos vereadores para rápida aprovação considerando que alguns pontos contidos nos Projetos de Leis podiam ser implementados após a promulgação.

Atenciosamente;

DIRETORIA COLEGIADA DO SINDIBEL


NELY AQUINO DE MOURA
COORDENADORA ADMINISTRATIVA DO SINDIBEL

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 10 / 5 / 22


Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 294/2022 - PARECER EM 1º TURNO

RELATÓRIO:

Pela mensagem nº 15 de 23 de março de 2022 o Poder Executivo encaminhou a esta Casa o projeto de lei nº 294/2022, que “Dispõe sobre o plano de carreira dos servidores ocupantes dos cargos públicos efetivos de Analista de Políticas Públicas e Analista de Planejamento e Gestão Governamental da área de atividades de Administração Geral da administração direta do Poder Executivo e dá outras providências”.

O projeto foi instruído com toda a legislação correlata, conforme consta de fls. 25/57.

A Comissão de Legislação e Justiça inicialmente apreciou a matéria concluindo em parecer pela sua Constitucionalidade, Legalidade e Regimentalidade.

Tendo sido designado relator, opinei, em primeiro momento, pelo envio de diligência ao SINDIBEL – Sindicato dos Servidores Públicos de Belo Horizonte, para que emitisse suas considerações.

A referida diligência foi aprovada por essa Comissão e enviada ao Sindicato por meio do Of. Dirleg nº 1.556/22.

Com o retorno da diligência, passo a emitir parecer sobre o projeto na forma do art. 52, II, “e” do Regimento Interno desta Casa, analisando-o quanto ao mérito.

FUNDAMENTAÇÃO:

O projeto trata sobre o plano de carreira dos servidores ocupantes dos cargos públicos efetivos de Analista de Políticas Públicas e Analista de Planejamento e Gestão Governamental da área de atividades de Administração Geral da administração direta do Poder. Também concede reajuste remuneratório aos

CMH-Dirleg-16/abr/22-15.44.15-00524-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

referidos cargos, de 5% (cinco por cento), a partir de 1º de julho de 2022, e de 6,45% (seis inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento), a partir de 1º de novembro de 2022. Importante esclarecer que a atual proposta de reajuste de 11,77% (onze inteiros e setenta e sete centésimos por cento) foi calculada utilizando-se como parâmetro indicador de que houve perda inflacionária acumulada no período, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC —, de 1º de dezembro de 2020 até 31 de dezembro de 2021.

Pois bem.

Foi enviado por esta Comissão pedido de diligência ao SINDIBEL – Sindicato dos Servidores Públicos de Belo Horizonte, para que se manifestasse se o projeto sob análise é benéfico aos servidores das categorias mencionadas, e se as extinções e criações de cargos pretendidos pelo Poder Executivo podem prejudicar a execução do serviço público na área da saúde na capital.

Em resposta, o mencionado Sindicato informou que:

Referente as alterações nas carreiras representadas pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte — Sindibel, foram negociados com o poder executivo e deliberado em assembleias com os servidores que, por unanimidade, aprovaram em suas respectivas assembleias. Todos as alterações contidas nestes Projetos de Leis são benefícios aos trabalhadores e empregados públicos, e também, positivas para a execução dos trabalhos e melhor atendimento à população.

Nesse sentido, ante a resposta do sindicato, vejo como pertinente a aprovação do projeto, eis que instados a se manifestarem por meio de seu órgão de classe, os servidores ratificaram o projeto, bem como pugnaram por sua aprovação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Especialmente, vejo como pertinente a aprovação do reajuste de vencimentos promovido pelo Poder Executivo, eis que se trata de um direito do servidor público, direito este constitucionalmente previsto.

Com efeito, não se trata de aumento efetivo, mas, sim, de mera recomposição remuneratória em face das perdas inflacionárias, em cumprimento do disposto no art. 37, X, da Constituição da República, que determina que: *"a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices"*.

A revisão anual dos vencimentos dos servidores constitui uma luta histórica dos servidores públicos e já está prevista no ordenamento jurídico vigente.

Assim, entendo como pertinente que essa Comissão aprove o projeto sob análise.

CONCLUSÃO:

Por todo o exposto, concluo este parecer pela **aprovação** do Projeto de Lei 294/2022.

Belo Horizonte, 16 de maio de 2022.

VEREADOR WILSINHO DA TABU

RELATOR

Fwd: Ofício Nº. 247-2022 - Presidente e Comissão de administração em resposta a diligência dos PLs 278, 280 e 294-22 reajuste

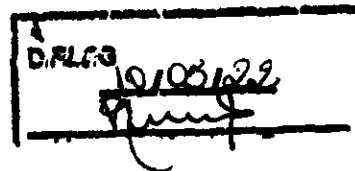
De : Vereadora Nely <ver.nely@cmbh.mg.gov.br>

Sex, 06 de mai de 2022 13:33

Assunto : Fwd: Ofício Nº. 247-2022 - Presidente e Comissão de administração em resposta a diligência dos PLs 278, 280 e 294-22 reajuste

1 anexo

Para : Presidência <presidencia@cmbh.mg.gov.br>



De: coordadministrativa@sindibel.com.br

Para: "ver wilsinhodatabu" <ver.wilsinhodatabu@cmbh.mg.gov.br>, "ver nely" <ver.nely@cmbh.mg.gov.br>

Enviadas: Sexta-feira, 6 de maio de 2022 12:16:35

Assunto: Ofício Nº. 247-2022 - Presidente e Comissão de administração em resposta a diligência dos PLs 278, 280 e 294-22 reajuste

2022-05-06 13:33:03 - 005661-1/2

Belo Horizonte, 05 de maio de 2022

Ilma. Senhora.

Nely Aquino

Presidenta da Câmara de Vereadores do Município de Belo Horizonte.

CC

Ilmo. Senhor.

Wilsinho da Tabu

Presidente/Relator da Comissão de administração Pública

Vereadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Prezado Senhor,

Em resposta aos Of. Dirleg Nº: 1322, 1483, 1556/22 referente as alterações nas carreiras representadas pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte – Sindibel, foram negociados com o poder executivo e deliberado em assembleias com os servidores que, por unanimidade, aprovaram em suas respectivas assembleias.

Todos as alterações contidas nestes Projetos de Leis são benefícios aos trabalhadores e empregados públicos, e também, positivas para a execução dos trabalhos e melhor atendimento à população.

Em reunião do sindicato com a presidente da CMBH e representantes das bancadas do legislativo, o Sindibel comunicou que considerando que todos as propostas tiveram aprovação majoritária pelos servidores, por parte do sindicato não haverá pedido de nenhuma emenda e ao contrário, a solicitação é de apolo dos vereadores para rápida aprovação considerando que alguns pontos contidos nos Projetos de Leis podiam ser implementados após a promulgação.

Atenciosamente;

DIRETORIA COLEGIADA DO SINDIBEL



SINDIBEL

SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS
PÚBLICOS DE BELO HORIZONTE

OFÍCIO Nº. 247/22

Belo Horizonte, 05 de maio de 2022.

Ilma. Senhora.

Nely Aquino

Presidenta da Câmara de Vereadores do Município de Belo Horizonte.

CC

Ilmo. Senhor.

Wilsinho da Tabu

Presidente/Relator da Comissão de administração Pública

Vereadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Prezado Senhor,

Em resposta aos Of. Dirleg Nº: 1322, 1483, 1556/22 referente as alterações nas carreiras representadas pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte – Sindibel, foram negociados com o poder executivo e deliberado em assembleias com os servidores que, por unanimidade, aprovaram em suas respectivas assembleias.

Todos as alterações contidas nestes Projetos de Leis são benefícios aos trabalhadores e empregados públicos, e também, positivas para a execução dos trabalhos e melhor atendimento à população.

Em reunião do sindicato com a presidente da CMBH e representantes das bancadas do legislativo, o Sindibel comunicou que considerando que todos as propostas tiveram aprovação majoritária pelos servidores, por parte do sindicato não haverá pedido de nenhuma emenda e ao contrário, a solicitação é de apoio dos vereadores para rápida aprovação considerando que alguns pontos contidos nos Projetos de Leis podiam ser implementados após a promulgação.

Atenciosamente;

DIRETORIA COLEGIADA DO SINDIBEL


RODRIGO MOURA DE MOURA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO DO SINDIBEL

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 10 / 5 / 22


Responsável pela distribuição



OF. SMGO/DALE Nº 321/2022

Belo Horizonte, 13/05/2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 518/2022** – Vereadora Fernanda Pereira Altoé – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 1.307/22, de 13/04/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 518/2022, de autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé, que solicita informações sobre obras no imóvel localizado na Rua Monte Castelo, nº 86, Bairro Santa Branca, lote 15, quadra 13, índice cadastral nº 956013015001-8.

Consultadas, a Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU e a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI emitiram respostas por meio do Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 533/2022 e ofício SMOBI N.º440/2022, respectivamente, conforme cópias anexas.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Leonardo Amaral Castro

Secretário Municipal Adjunto de Governo
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 533/2022

Ref.: Pedido de informação – OF. DIRLEG nº 1.308/22 - Requerimento de Comissão nº 518/2022

Autoria: Vereadora Fernanda Pereira Altoé

Belo Horizonte, 19 de abril de 2022.

Prezado Senhor,

Trata-se de Pedido de Informação, encaminhado por meio do Ofício DIRLEG nº 1.308/2022 e Requerimento de Comissão nº 518/2022, de autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé, com requisição de informações sobre obras no imóvel localizado na Rua Monte Castelo, nº 86, Bairro Santa Branca, lote 15, quadra 13, Índice Cadastral nº 956013015001-8.

Em resposta, temos a informar que para o IPTU citado (956013 015 001-8) foi identificado requerimento de aprovação de projeto de edificação nº 2021R06823, em nome da Prefeitura de Belo Horizonte, envolvendo os lotes 015 a 017, 022 a 024.

O processo é de um empreendimento não residencial da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) com 926,12m², referente ao Centro de Saúde Santa Amélia.

No requerimento não consta nenhum documento referente à situação da propriedade dos lotes, devendo a questão apontada pela Ilustre Vereadora ser respondida pela SUDECAP.

Sendo o que temos para o momento, renovamos nossos cumprimentos.

Atenciosamente,

João Antônio Fleury Teixeira
Secretário Municipal de Política Urbana

Ilmo. Sr.
Felipe Prates Rosenberg
Diretoria de Acompanhamento Legislativo - DALE
Secretaria Municipal de Governo
Avenida Afonso Pena, 1212 – Centro – BH/MG



Pendente comunicado de início de obra.

DADOS GERAIS

Nº Processo/ BH Digital 31.00029891/2022-35

Protocolo SIASP -

Alvará concedido em 31/01/2022

Data de validade 31/01/2026

Tipo de alvará Alvará na Hora

Data de início de obra Pendente comunicado de início de obra

REQUERENTE

Nome Municipio de Belo Horizonte

CNPJ 18.715.383/0001-40

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Projeto

Fabio Quaresma Lima - CREA MG-107835/D

Obra

Fabio Quaresma Lima - CREA MG-107835/D

LOCALIZAÇÃO

Bairro Oficial	Zona Fiscal	Quarteirão	Lote(s)
Bairro Santa Branca	956	013	017, 022, 024, 023, 016, 015

DESCRIÇÃO DA EDIFICAÇÃO

Título Aprovação inicial ()

Uso Não residencial

Lei Lei 11.181/19 (Lei nova transição)

Unid. Residenciais 0

Unid. Não Residenciais 1

Área Construída 926,12 m²

Área Permeável 1.547,21 m²



A autenticidade deste documento deve ser verificada através do QRCode ao lado.



Pisos / Blocos

Bloco 1

Tipo	Piso(s)	Uso(s)	Área Construída	Unid. Resid. / Não Resid.
Nív.	1	Não residencial	443,09 m ²	0 / 1
Nív.	2	Não residencial	439,74 m ²	0 / 0
Nív.	3	Não residencial, Caixa d'água e Barrilete	29,05 m ²	0 / 0
			911,88 m ²	0 / 1

Bloco 2

Tipo	Piso(s)	Uso(s)	Área Construída	Unid. Resid. / Não Resid.
Nív.	1	Não residencial	14,24 m ²	0 / 0
			14,24 m ²	0 / 0

Vagas

Motocicletas 0

Bicicletas 0

Veículos automotores (1 vagas)

Veículos Leves 1

PCD 0

Carga / Descarga 1

Embarque / Desembarque 0



A autenticidade deste documento deve ser verificada através do QRCode ao lado.



INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA

Área outorga gratuita 0,00 m²

Área outorga onerosa 0,00 m²

Área líquida adicional total a ser adquirida por meio de TDC 0,00 m²

Área líquida adicional total a ser adquirida por meio de BPH 0,00 m²

Área de Fruição Pública 0,00 m²

Outorga Onerosa suspenso

Área telhado verde 0,00 m²

Área jardim drenante 0,00 m²

Extensão linear da fachada ativa 0,00 m²

Terreno em área de inundação 0,00 m²

Térreo qualificado por medidas de resiliência 0,00 m²

Pavimento térreo com fachada ativa em edificação de 0,00 m²

Áreas ajardinadas coincidentes com a área de vegetação relevante 0,00 m²



A autenticidade deste documento deve ser verificada através do QRCode ao lado.



RESSALVAS DO ALVARÁ

- O alvará está sujeito à cassação, no caso de irregularidades constatadas durante a realização do acompanhamento da obra ou em ação fiscal.
- O licenciamento de movimentação de terra, entulho e material orgânico e o licenciamento de demolição estão compreendidos no objeto do alvará de construção, exceto quando houver licença específica em vigor (arts. 3º e 10 do Decreto nº 17.274/20).
- O responsável técnico pela execução da obra fica obrigado a apresentar o comunicado de início de obra, com pelo menos vinte e quatro horas de antecedência, mediante comprovação do pagamento da taxa de fiscalização (art. 18, § 4º da Lei nº 9.725/09 e art. 1º do Decreto nº 7.366/92).
- Para os empreendimentos que utilizem potencial construtivo adicional ou alvará na hora, o alvará só adquire valor de licença após apresentação do comunicado de início de obra (art. 18, § 3º da Lei nº 9.725/09).
- Antes do início da obra, deve-se instalar placa de identificação que atenda a padronização estabelecida pelo Poder Executivo, em posição visível a partir do logradouro público (art. 24 da Lei nº 9.725/09).
- As demais obrigações referentes à execução da obra devem ser atendidas conforme Termo de Conduta Urbanística - TCU - assinado pelo responsável legal no ato de aprovação do projeto.
- No caso de alvará na hora, a cada etapa da obra o responsável técnico deverá solicitar vistoria de acompanhamento de obra, sob pena de suspensão do Alvará de Construção (art. 28, § 8º do Decreto nº 13.842/10).
- Ruído e som que provenha de cravação de estacas a percussão ou equipamento utilizado em obras realizadas em horário especial depende de prévia autorização da SMMA (art. 10, § 2º da Lei nº 9.505/08).
- A numeração predial oficial do imóvel deverá ser confirmada através do documento "Certidão de Endereço Oficial".
- O vencimento do alvará de construção em projetos sem certidão de baixa e optantes de EPCA - Estoque de Potencial Construtivo Adicional, resultará no cancelamento da reserva do EPCA, destinando a outorga adquirida ao estoque geral.

ESTANDE DE VENDAS:

- Autorizado estande de vendas exclusivamente para demonstração/comercialização das unidades em construção. Condições: Não permitido avanço sobre passeio; não permitido em área de preservação permanente ou non aedificandi; respeitar limites de altura máxima na divisa; resguardar chanfro da esquina; atender normas de segurança, salubridade, higiene, conforto, leis ambientais; manter em bom estado de conservação.



A autenticidade deste documento deve ser verificada através do QRCode ao lado.

- TIPOLOGIA APROVADA SOB PROCESSO
0348958-005 EM JUNHO DE 2020.

ÁREA DE FRUIÇÃO PÚBLICA: 364,07m² (16,86%)

	POSTE
	BALIZA COM PLACA
	TANQUE DE REUSO DE ÁGUA PÚBLICA: 80x80x223
	ORIFÍCIO DE SAÍDA Ø150mm VOLUME 9,94m³
	ÁREA PERMEÁVEL
	ÁREA DE PISO INTERTRAVADO
	ÁRVORE A SER MANTIDA
	ÁRVORE A SER SUPRIMIDA
	ÁRVORE A SER PLANTADA DE MÉDIO PORTE
	ENTRADA DE PEDESTRES
	ENTRADA DE VEÍCULOS
	GUARDA CORPO-CORRIMÃO
	ÁREA DE FRUIÇÃO PÚBLICA

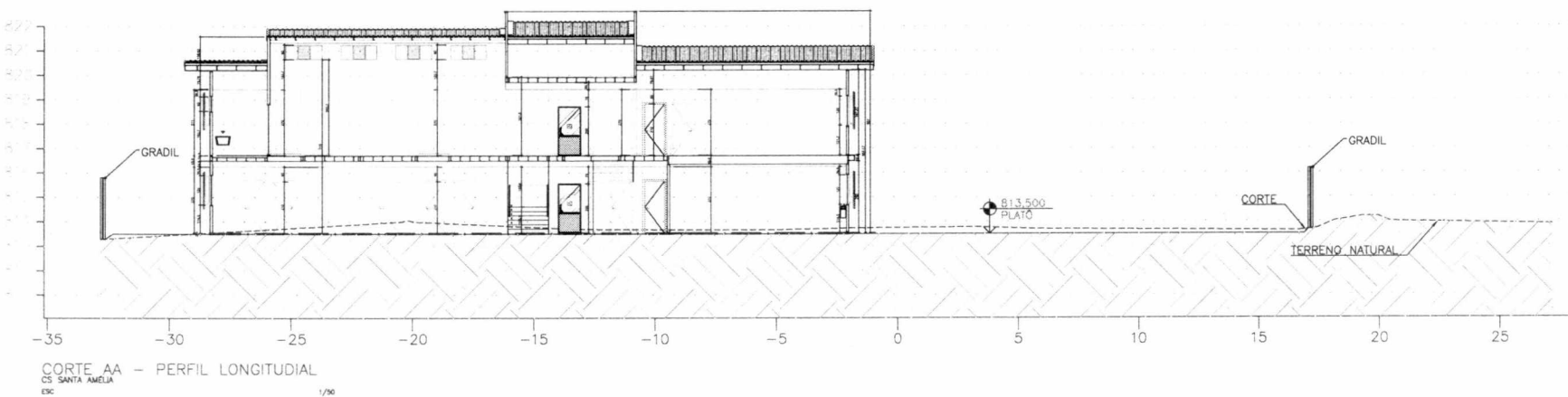
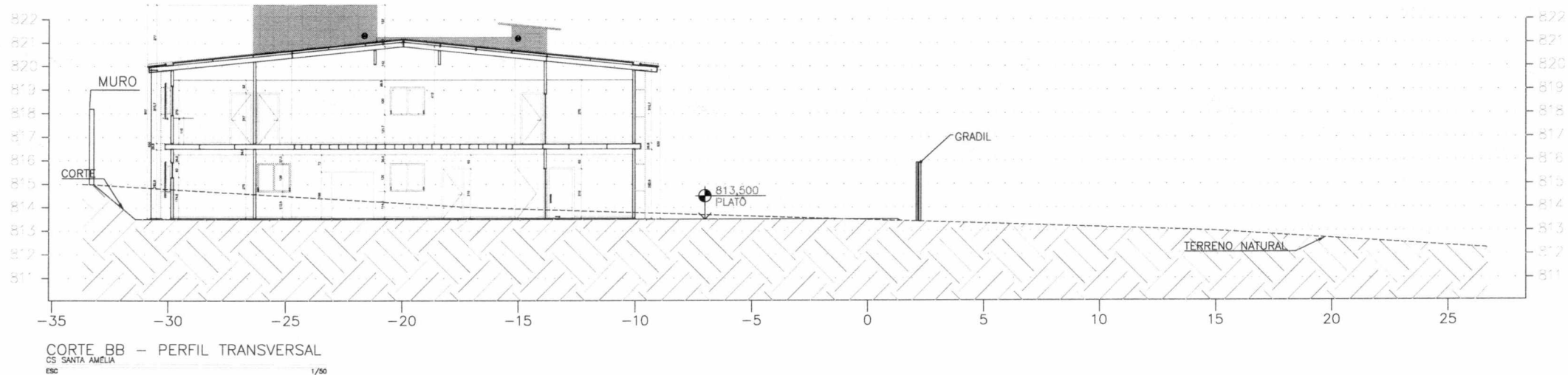
SO DA PSH

[illegible]

ZONA FISCAL: 956 QUATRO 013		COTR: 015 016 017 027 023 024	
ÁREA DO TERRENO: 2.180,00 m²		MUNDO CONSTRUTORA: SANTA ISABEL	
		MUNICÍPIO: PAMPLONA	
ZONA DE ENTORNO: ZONA RURAL		MUNDO DE ENTORNO: ZONA RURAL	
NOME DO TERRENO:			
RUA ANTONIO DE QUELANT(OFFICIAL)			
RUA TRÊS DE MENEZES(OFFICIAL)			
RUA MONTE CASTELO(OFFICIAL)			

[illegible]

SIMPLIFICADO - CS SANTA AMÉLIA



31/01/2022
31.00029891/2022-35
202200849
03/03/2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	
SUREG	
Projeto Licenciado / Visto em: _____ Processo nº: _____ Análise de Construção nº: _____ Data de Atualização: _____	
USO DA FIM	
PROJETO E TERRENO	
Localização: LEI 11.181/19 Tipo de Aprovação: ANUAL Área Total: 100,00m² Área Construída: 100,00m² Área Coberta: 100,00m² Área de Cobertura: 100,00m² Área de Cobertura: 100,00m² Área de Cobertura: 100,00m²	
RESPONSÁVEIS	
Responsável Técnico: _____ Responsável Legal: _____ Responsável Administrativo: _____	Assinatura: _____ Assinatura: _____ Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SMOBI N.º440/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

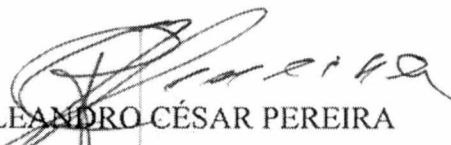
Belo Horizonte, 09 de maio de 2022.

REF.: TAG 350556

Prezado senhor,

Em atenção ao Requerimento de Comissão nº 518/2022, de autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé, que apresenta pedido de informação sobre obras no imóvel localizado na Rua Monte Castelo, nº86, Bairro Santa Branca, lote 15, quadra 13, índice cadastral nº956013015001-8, segue Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI nº 138/2022, da Gerência de Suporte Técnico de Informações de Empreendimentos, da SUDECAP, em resposta ao item 1.

Atenciosamente,



LEANDRO CÉSAR PEREIRA

Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

Ao senhor

Felipe Prates Rozenberg

Diretoria de Acompanhamento Legislativo

Secretaria Municipal de Governo



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE



SUDECAP
SUPERINTENDÊNCIA DE
DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL

Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI n.º 138/2022

SIPROT 237134

Belo Horizonte, 09 de maio de 2022.

À Senhora

Renata Lúcia de Oliveira e Silva

Gabinete da SMOBI

Rua dos Guajajaras 1107, 18º andar, Lourdes – Belo Horizonte – MG

Assunto: TAG 350556 - Req. Comissão N.º.518-2022 - Ver. Fernanda P. Atoé (informações sobre obra na Rua Monte Castelo).

Prezada Chefe de Gabinete,

Visando subsidiar resposta ao pedido em epígrafe, seguem as informações para esta solicitação:

"... informação sobre obras no imóvel localizado na Rua Monte Castelo, n.º 86, Bairro Santa Branca, lote 15, quadra 13, índice cadastral n.º 956013015001-8.

De acordo com denúncia recebida pelo meu gabinete foram iniciadas obras municipais no imóvel acima identificado.

Todavia, ao que consta, a desapropriação do imóvel encontra-se pendente, não tendo sido averbada na matrícula do imóvel por inobservância de prazo pelo Município. Dessa forma, o imóvel ainda se encontra registrado em nome da Avante Comércio de Cimento Ltda., CNPJ n.º 18.673.566/0001-40, ou seja, ainda pertence a um particular.

Também não encontramos a publicação do Decreto de desapropriação no Diário Oficial do Município (DOM).

Isto posto, pergunta-se:

1. A que se referem as obras iniciadas na propriedade?

Resposta: Conforme informado pela Secretaria Municipal de Política Urbana, Ofício SMPUI/SUGOV-DALE n.º 533/2022, *"... para o IPTU citado (956013 015 001-8) foi identificado requerimento de aprovação de projeto de edificação n.º 2021R06823, em nome da Prefeitura de Belo Horizonte, envolvendo os lotes 015 a 017, 022 a 024. O processo é de um empreendimento não residencial da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) com 926,12m², referente ao Centro de Saúde Santa Amélia."*



fl. 02/07 do Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI n.º 138/2022

2. Foi publicado Decreto de desapropriação do imóvel? Gentileza enviar a cópia do ato administrativo.

Resposta: Sim, Decreto 14.342/11. Documento em anexo (Anexo I, fl. 04).

3. Foi averbada a desapropriação na escritura do imóvel? Gentileza enviar cópia da certidão de matrícula do bem.

Resposta: O processo de averbação da escritura de desapropriação na matrícula do lote supracitado encontra-se em andamento pela Diretoria Jurídica da SUDECAP, através do Departamento de Desapropriação e Contencioso – DPDC-SD.

4. Em caso das duas respostas às perguntas anteriores forem negativas, questiono. Por que as obras foram iniciadas em terreno particular sem a finalização dos trâmites necessários?"

Resposta: Em que pese o registro imobiliário não estar concluído, conforme informado anteriormente, a escritura pública de desapropriação concede a posse do imóvel ao Município de Belo Horizonte, legitimando as obras públicas iniciadas no local.


Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional que se fizer necessário.

Atenciosamente,


Luiz Fernando Andrade de Oliveira – ST2584-5

Gerência de Suporte Técnico de Informações de Empreendimentos – GSTIE-SD
Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP

De acordo,


Reinaldo da Silva Lucas – ST2690-6

Gerente de Suporte Técnico de Informações de Empreendimentos – GSTIE-SD
Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE




SUDECAP
SUPERINTENDÊNCIA DE
DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL

fl. 03/07 do Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI n.º 138/2022

De acordo,


Ricardo Cezar Duarte – ST 2455-5

Gerente do Departamento de Informações e Procedimentos Técnicos – DPIT/SD
Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP


Tricia Mota Zandim

Diretora de Planejamento e Controle de Empreendimentos – DPLC-SD
Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP



fl. 04/07 do Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI n.º 138/2022

Anexo I

**DECRETO Nº 14.342,
DE 25 DE MARÇO DE 2011**

*Declara de utilidade pública, para fins
de desapropriação, imóveis situados no Bairro
Santa Branca, nesta Capital.*

O Prefeito de Belo Horizonte, no
exercício de suas atribuições legais, em especial as
que lhe confere o inciso VII do art. 108 da Lei
Orgânica do Município, e de acordo com o que lhe
faculta o Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de
junho de 1941,
DECRETA:

Art. 1º - Ficam declarados de utilidade
pública, para fins de desapropriação de seu pleno
domínio, a se efetivar mediante acordo ou
judicialmente, os lotes 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21,
22, 23 e 24 da quadra 13 do Bairro Santa Branca,
CP-204-001-M, de propriedade presumível de JD
Administradora de Imóveis Ltda., assim como suas
edificações e demais benfeitorias, se houver:

Art. 2º - As desapropriações de que
trata o art. 1º deste Decreto destinam-se a permitir
ao Executivo o alargamento da Avenida Dom
Pedro I.

Art. 3º - Fica a unidade jurídico-
administrativa pertinente autorizada a alegar em
juízo a urgência das desapropriações.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na
data de sua publicação.

Belo Horizonte, 25 de março de 2011



fl. 05/07 do Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI n.º 138/2022

Anexo II



ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE BELO HORIZONTE

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

LIVRO Nº **1707-N**
FLS. **143**

SERVIÇO NOTARIAL DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
TABELIÃO JOÃO MAURÍCIO VILLANO FERRAZ

ESCRITURA PÚBLICA DE
DESAPROPRIAÇÃO MEDIANTE
ACORDO, NA FORMA ABAIXO:
=====

2204/13

S A I B A M quantos esta pública Escritura de Desapropriação virem, que no Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de dois mil e treze (2.013), aos vinte e dois (22) dias do mês de abril, nesta cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, nesta Serventia à Rua Goiás, 187, compareceram partes entre si, justas e contratadas a saber: de um lado como OUTORGANTE(S) EXPROPRIADO(S): AVANTE COMÉRCIO DE CIMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.673.566/0001-40, com sede em Contagem/MG, na Avenida Helena de Vasconcelos Costa, nº 1.250, sala 101, Bairro Cincão, neste ato representada por seu administrador sócio JOSÉ WILSON FERREIRA, brasileiro, casado, empresário, CI. M-2.498.747, CPF: 134.021.536-53, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua Tomé de Souza, nº 1.225, apartamento nº 2.201, Bairro Lourdes; e seus administradores não sócios GLADSTONE VIANA DINIZ LOBATO, brasileiro, casado, empresário, CI. M-1.273.455-SSP/MG, CPF: 306.687.786-87, residente e domiciliado em Pedro Leopoldo/MG, na Rua Professor Bicalho, nº 61, Centro, ora de passagem por esta Capital; GLAUDEZ JOSÉ VIANA DINIZ LOBATO, brasileiro, casado, empresário, CI. M-2.588.699-SSP/MG, CPF: 583.676.246-53, residente e domiciliado em Pedro Leopoldo/MG, na Rua Senador Melo Viana, nº 241, Centro, ora de passagem por esta Capital, conforme 13ª Alteração Contratual consolidada, datada de 22/08/2011, devidamente registrada na JUCEMG sob o nº 4693867, aos 27/09/2011, que fica arquivada nestas Notas; e, do outro lado como OUTORGADO EXPROPRIANTE: MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, inscrito no CGC/MF sob o nº 18.715.383/0001-40, representado por sua bastante procuradora SUDECAP-SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL, inscrita no CGC/MF sob o nº 17.444.886/0001-65, na pessoa de seu Superintendente, Dr. JOSÉ LAURO NOGUEIRA TERROR, brasileiro, divorciado, Engenheiro Eletricista, CI. MG-11.747.335-SSP/MG, CPF: 506.605.947-49, com endereço comercial nesta Capital, na Avenida do Contorno, nº 5.454 - 5º andar, Bairro Funcionários, CEP 30.110-036, conforme procuração pública lavrada nestas Notas, aos 18.06.2012, às Fls. 136, do Livro 1283-P, que fica arquivada nestas Notas. E, então pelas partes contratantes acima qualificadas, me foi dito que têm entre si contratado o que se segue a saber: **OBJETO:**

Contorno do 1º Ofício de Notas
Dante da Mota Pereira Dias
ESCRITURA SUBSTITUTA
CPF: 678.465.578-61
Belo Horizonte - Minas Gerais

0 Saldem BH



fl. 06/07 do Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI n.º 138/2022

Desapropriação dos imóveis situados nesta Capital, constituídos pelos lotes n.ºs 15 ao 24, da quadra 13, do Bairro Jardim Santa Branca, com as áreas, limites e confrontações de acordo com a planta respectiva. **PROCEDÊNCIA:** Que os imóveis acima descritos estão matriculados sob os n.ºs 32.296, 32.297, 32.298, 32.299, 32.300, 32.301, 32.302, 32.303, 32.304 e 32.305, respectivamente, no Cartório do 6.º Ofício de Registro de Imóveis desta Capital. **DISPONIBILIDADE:** Que o(s) objeto(s) da transação está(ão) livre(s) de ônus reais, fiscais e outros judiciais ou extrajudiciais, inexistindo, em relação a ele(s), ações reais ou ações pessoais reipersecutórias, o que é declarado para os efeitos do § 3º do art. 1º do Decreto - Federal n.º 93.240 de 09 de setembro de 1986. **ACORDO, PREÇO e PAGAMENTO:** Que o(s) objeto(s) descrito(s) foi(ram) declarado(s) de utilidade pública para efeito de desapropriação e esta ora se efetiva mediante acordo, pelo preço certo de R\$4.100.000,00 (quatro milhões e cem reais), sendo o valor de R\$410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais) cada lote, importância essa correspondente à indenização ajustada que o(s) expropriado(s) recebe(m) neste ato, em moeda corrente do País, dando à expropriante plena, rasa e geral quitação. **DESAPROPRIAÇÃO:** Que, destarte, o(s) expropriado(s) se demite(m) da posse, direitos e ações sobre o(s) imóvel(s) ora expropriado(s), incorporado ao patrimônio da expropriante nos termos desta escritura, obrigando-se as partes a fazer o presente acordo sempre bom, firme e valioso. **DESTINAÇÃO:** Que, outrossim, a desapropriação de que trata a presente escritura, destina-se a permitir ao Executivo a realização das obras da Avenida Dom Pedro I, conforme Decreto Municipal 14.342 de 25 de março de 2011, renunciando, pois, o(s) expropriado(s), a qualquer direito de retrocessão ou de indenização decorrente. Foram apresentados, ficam arquivados nestas Notas e exibidos aos contratantes os documentos mencionados no Parágrafo 2º do Artigo 1º da Lei 7433, de 18/12/85, nos termos da sua regulamentação contida no Artigo 1º, Inciso IV e Inciso V, Parágrafo 3º do Decreto n.º 93.240/86, declarando o(s) outorgante(s) sob pena de responsabilidade civil e criminal que não existem quaisquer ações reais e pessoais reipersecutórias com referência ao imóvel objeto desta e de conformidade com a Instrução 192/90 de 24/10/90, item 3º da Corregedoria de Justiça do Estado de Minas Gerais. Pelo órgão expropriante me foi requerido a transcrição na Escritura Pública, dos elementos necessários a identificação de todas as certidões apresentadas, que deverão acompanhar o traslado da escritura, dispensando o arquivamento

in hatas

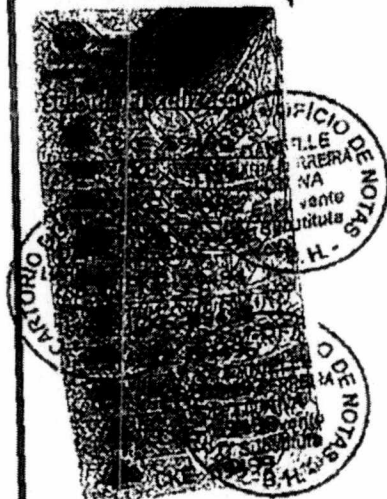


fl. 07/07 do Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI n.º 138/2022

Emolumentos R\$1.326,75, Taxa de Fiscalização R\$735,09, Total R\$2.061,84, Art. 3º, Lei Estadual 15.424 de 30.12.04 e suas alterações (referente ao imóvel constituído pelo lote nº 20); Emolumentos R\$1.326,75, Taxa de Fiscalização R\$735,09, Total R\$2.061,84, Art. 3º, Lei Estadual 15.424 de 30.12.04 e suas alterações (referente ao imóvel constituído pelo lote nº 21); Emolumentos R\$1.326,75, Taxa de Fiscalização R\$735,09, Total R\$2.061,84, Art. 3º, Lei Estadual 15.424 de 30.12.04 e suas alterações (referente ao imóvel constituído pelo lote nº 22); Emolumentos R\$1.326,75, Taxa de Fiscalização R\$735,09, Total R\$2.061,84, Art. 3º, Lei Estadual 15.424 de 30.12.04 e suas alterações (referente ao imóvel constituído pelo lote nº 23); Emolumentos R\$1.326,75, Taxa de Fiscalização R\$735,09, Total R\$2.061,84, Art. 3º, Lei Estadual 15.424 de 30.12.04 e suas alterações (referente ao imóvel constituído pelo lote nº 24). Eu, Paulo Márcio Tassara, Escrevente Substituto, a fiz digitar. Eu, João Maurício Villano Ferraz, Tabelião a subscrevo e assino. (as.) João Maurício Villano Ferraz. Belo Horizonte, 22 de abril de 2013. (aa.) JOSÉ WILSON FERREIRA. GLADSTONE VIANA DINIZ LOBATO. GLAUDER JOSÉ VIANA DINIZ LOBATO. JOSÉ LAURO NOGUEIRA TERROR.

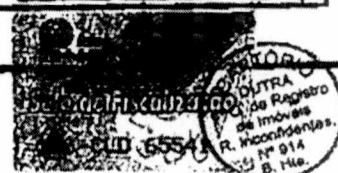
Carteira de 1º Ofício de Notas
Daniel Maria Ferreira Diana
ESCREVENTE SUBSTITUTO
CPF: 676.465.578-60
Belo Horizonte - Minas Gerais

da verdade.



REGISTRO DE IMÓVEIS	
B. HORIZONTE - 6º OFÍCIO	
Prenotação:	243098
Data:	24 / 05 / 2013

L/P: 1. CANDU/MINUTA



AVULSOS DISTRIBUIDOS

Em 17 / 05 / 22

Responsável pela distribuição



OF. SMGO/DALE Nº 330/2022

Belo Horizonte, 13/05/2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 568/2022** – Vereador Fernando Luiz – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 1.465/22, de 20/04/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 568/2022, de autoria do Vereador Fernando Luiz, que solicita informações sobre o inventário de bens imóveis de titularidade do Município de Belo Horizonte realizado no ano de 2021 e caso não seja possível informar o inventário de 2021, seja informado o inventário de bens imóveis de titularidade do Município de Belo Horizonte mais recente.

Consultada, a Subsecretaria de Administração e Logística - SUALOG emitiu resposta por meio do OFÍCIO INTERNO SUALOG/DALE-GP / 075-2022, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Leonardo Amaral Castro

Secretário Municipal Adjunto de Governo
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



OFÍCIO INTERNO SUALOG /DALE-GP / 075– 2022

Belo Horizonte, 9 de maio de 2022

Ref.: TAG 350822

Requerimento de Comissão nº 568/22

Prezados,

Em atenção a TAG referenciada, informamos que as informações relativas a bens imóveis estão em processo de revisão tendo em vista a implantação do Sistema GRP-BH e as recentes mudanças da legislação, como por exemplo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Desta forma, a Diretoria Central de Patrimônio está estruturando a realização do inventário dos imóveis, atividade que iniciará no início do segundo semestre, com a atualização dos sistemas e publicidade das informações.

Atenciosamente,

Breno Serôa da Motta

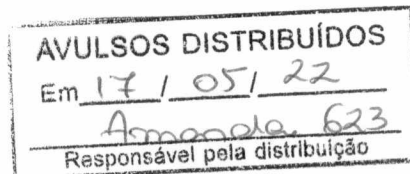
**Secretário Municipal Adjunto de Fazenda
Subsecretaria de Administração e Logística**

Ilmo. Sr.

Felipe Prates Rosenberg

Diretoria de Acompanhamento Legislativo - DALE

Secretaria Municipal de Governo





OF. SMGO/DALE Nº 334 /2022

Belo Horizonte, 13 /05 /2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 570/22** – Autoria do Vereador Nikolas Ferreira – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 1.467/22, de 20/04/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 570/22, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que solicita informações acerca do concurso público PBH Ativos S.A. Edital nº 001/2018.

Consultada, a PBH Ativos emitiu resposta por meio do Ofício PBH ATIVOS/GEALE/Nº 033/2022, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Leonardo Amaral Castro

Secretário Municipal Adjunto de Governo
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL

Belo Horizonte, 06 de maio de 2022

Ref.: Requerimento de Comissão nº 570/2022

Informações acerca do concurso público PBH Ativos S.A. Edital nº 001/2018 e do quadro de pessoal da empresa.

Prezada Assessora da Gerência de Acompanhamento Legislativo,

Como é de conhecimento, a Gerência de Acompanhamento Legislativo - GEALE encaminhou à PBH Ativos, via correspondência eletrônica, no dia 27 de abril de 2022, o Requerimento de Comissão nº 570/2022, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira de Oliveira, por meio do qual foram solicitadas as seguintes informações:

- 1) Considerando o Edital nº 001/2018, que ofertou ao total 12 vagas de Ensino Médio e Ensino Superior para preenchimento de cargos na PBH Ativos, questiona-se: a) quantas dessas vagas já foram preenchidas? b) das vagas não preenchidas, quantas pessoas estão aprovadas e em reais condições de serem nomeadas para cada cargo?*
- 2) Quantas pessoas possuem cargos de livre nomeação e exoneração e quantas pessoas são de cargos efetivos na PBH Ativos?*
- 3) Como é realizado e qual o procedimento utilizado para instituir gratificações e alterações salariais dos servidores em comissão e efetivos da PBH Ativos?*


Para resposta aos questionamentos 1 e 2, a Empresa apresenta o quadro em anexo, atualizado até 06 de maio de 2022, contendo (i) o total de vagas de cargos efetivos e de livre nomeação e (ii) quantas pessoas foram aprovadas, nomeadas, empossadas e exoneradas para cada cargo efetivo.

Por fim, quanto ao terceiro questionamento, informa-se que a política remuneratória dos empregados efetivos e de livre nomeação segue diretriz da Assembleia Geral dos Acionistas e do Comitê de Coordenação de Empresas Estatais – CCEE (instituído pelo Decreto nº 16.963/2018) e é deliberada pelo Conselho de Administração da empresa, de forma isonômica.

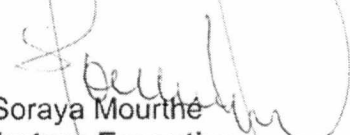


Sendo o que se apresentava para o momento, a PBH Ativos espera ter atendido o Requerimento apresentado e se coloca à disposição para o que restar necessário.

Atenciosamente,



Pedro Meneguetti
Diretor Presidente
PBH Ativos S/A



Soraya Mourthé
Diretora Executiva
PBH Ativos S/A

Ilma. Assessora da Gerência de Acompanhamento Legislativo - GEALE
Dirlaine Machado
Diretoria de Acompanhamento Legislativo – DALE
Secretaria Municipal de Governo
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

CARGOS EFETIVOS

A EMPRESA CONTINUA EXECUTANDO SUA POLÍTICA DE NOMEAÇÃO ATÉ O PRAZO DE VIGÊNCIA FINAL DO CONCURSO - 10/01/2023

CARGOS OFERTADOS	TIPO	QUANTIDADE	NÍVEL	APROVADOS	NOMEADOS	EMPOSSADOS	EXONERADOS (*)
ANALISTA ADMINISTRATIVO FINANCEIRO (**)	AMPLO	2	SUPERIOR	37	4	1	0
ANALISTA CONTÁBIL	AMPLO	2	SUPERIOR	7	7	2	1
ANALISTA JURÍDICO	AMPLO	1	SUPERIOR	16	1	1	0
ANALISTA JURÍDICO	COTA RACIAL	1	SUPERIOR	2	1	1	0
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	COTA RACIAL	1	MÉDIO	11	1	1	0
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	COTA PCD	1	MÉDIO	4	4	3	2
TÉCNICO ADMINISTRATIVO (***)	AMPLO	4	MÉDIO	80	18	3	2
TOTAL		12		157	36	12	5

(*) Exonerados a pedido

(**) Nomeado o 4º colocado. Aguardando Posse

(***) Nomeados os 16º, 17º e 18º colocados. Aguardando Posse.

UMA VAGA DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO ESTÁ RESERVADA EM FUNÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL NÚMERO 5180356-63.2018.8.13.0024.

CARGOS DE LIVRE NOMEAÇÃO

NOME DO CARGO	VAGAS OCUPADAS
DIRETOR PRESIDENTE	1
DIRETOR EXECUTIVO	1
DIRETOR DE NEGÓCIOS	1
ASSESSOR JURÍDICO	4
GERENTE DE PROJETO	4
GERENTE ADMINISTRATIVO	2
GERENTE CONTÁBIL	1
GERENTE FINANCEIRO	1
CHEFE DE GABINETE	1
ASSESSOR ADMINISTRATIVO	1
TOTAL	17

DADOS ATUALIZADOS EM 06/05/2022

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 17 / 05 / 22

Assinado 623
Responsável pela distribuição